



3658 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT12 - Currículo

A LUTA POLÍTICA PELA SIGNIFICAÇÃO DO CURRÍCULO DE SOCIOLOGIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: BNCC
Lady Daiana Oliveira da Silva - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
Nubia Regina Moreira - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

RESUMO: Este trabalho é resultado de uma pesquisa de mestrado, inscrito no campo do currículo. Focaliza a luta política pela legitimação/significação da disciplina Sociologia, no contexto da Base Nacional Comum Curricular e sua potência para pensar as diversidades étnico-raciais no Ensino Médio. O estudo opera com a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e seus interlocutores no Brasil, utilizando suas potencialidades teórico-metodológicas, para investigar a política em questão.

Palavras-chave: Currículo. Sociologia. Teoria do Discurso.

A LUTA POLÍTICA PELA SIGNIFICAÇÃO DO CURRÍCULO DE SOCIOLOGIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: BNCC

INTRODUÇÃO

Este estudo é resultado de uma pesquisa de mestrado que focaliza a luta política pela legitimação da disciplina Sociologia, seu respaldo epistemológico, político e histórico que no âmbito curricular do Ensino Médio, tem potência para pensar as diversidades étnico-raciais. Pauta-se numa abordagem pós-fundacional, ancorado na Teoria do Discurso formulada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e seus interlocutores no campo do currículo no Brasil.

A partir do entendimento de currículo como produção cultural “dinamizado nos conflitos interpretativos, nas buscas de todo envolvimento/identificação por responder à alteridade; decorre das decisões na política por julgar fazer sentido na oposição a algo” (COSTA, 2018, p.48), por esse pensamento, o currículo é entendido nesse estudo, como prática de poder, discursiva, de significação, atribuição de sentidos. Focalizamos a disputa política pelo currículo de Sociologia a partir do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que tenta “[...] construir um fundamento, um padrão, um conjunto de conteúdos básicos ou mesmo um conjunto de critérios consensuais para definir de uma vez por todas uma identidade para o currículo da educação básica” (LOPES, 2015, p. 447). Em nossas investigações não há estruturas fixas que fechem, em definitivo, a significação, mas apenas estruturas e reestruturas discursivas, processos contingenciais. (LACALU; MOUFFE, 2015).

A despeito disso, foi investigado o processo de negociações para a manutenção da Sociologia escolar ao longo das disputas políticas pela constituição de uma base curricular para o Ensino Médio e como as diversidades étnico-raciais estão sendo disputadas nesse contexto. O estudo focaliza esse processo de luta política nas diferentes versões do documento da base que tenta orientar o currículo da última etapa da educação básica. O campo empírico dessa pesquisa foi a primeira e a terceira versão do documento da BNCC.

Para essa incursão é apresentado em linhas gerais, a relação entre a Sociologia e as relações raciais, em seguida, o contexto discursivo de disputas pelo currículo nacional via BNCC, o lugar da Sociologia e as relações étnico-raciais na versão final do documento da base e, as considerações contingenciais que reforçam o entendimento da legitimação/significação da Sociologia escolar como disciplina tão importante, como outras que ocupam posição central na nova proposta curricular para o Ensino Médio.

SOCIOLOGIA E AS RELAÇÕES RACIAIS

No Brasil, a Sociologia escolar, antes de se institucionalizar, já apresentava em seu escopo teórico, estudos sobre as questões raciais. Nesse contexto, muitos discursos disputava o “modelo de sociedade” e, o conceito de raça, influenciou a política educacional e curricular, tentando legitimar uma significação social e política via produções científicas, na qual a tentativa de controle da educação era constante.

A justificativa em focalizar a potencialidade das Ciências Sociais, para pensar a luta política pelas diversidades étnico-raciais no Brasil, está vinculada ao contexto histórico de disputas no qual, a temática se tornou tradicional. Conforme apontam os estudos de Guimarães (2009), as pesquisas de Hasenbalg e Silva (1990), entre outros, sobre as relações raciais e a sociedade brasileira. Essas investigações estão conectadas a demandas empreendidas contingencialmente pelos movimentos sociais que disputavam uma nova perspectiva para o negro no país, incluindo um discurso de valorização, participação política para pensar ações públicas de desconstrução da desigualdade racial, exclusão educacional, social, cultural e econômica as quais impossibilitavam a inclusão da população negra nos diversos espaços sociais.

Focalizamos que a Sociologia escolar, têm potência teórico, política, epistemológica e legado histórico para pensar às relações étnico-raciais, contribuindo na desconstrução de saberes científicos considerados legítimos e que tentam se hegemonizar. De acordo com Oliveira (2011), a disciplina incorporou desde o seu “nascimento” as questões raciais como bandeira que potencializa as posições de quem fala e de onde falar, problematizando os interesses e antagonismos que atuam na construção dos conhecimentos legitimados e que procuram cristalizar a ideia de construção de sujeitos adequados para o que se projeta como sociedade e, de um currículo racialmente “democráticos”, o qual consideramos, conforme a teoria laclauiana, uma impossibilidade pois, a luta política não tem uma finitude, o sujeito é subjetivação, um projeto inconcluso.

DISPUTAS ENVOLVENDO O CURRÍCULO: O LUGAR DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A SOCIOLOGIA ESCOLAR

O contexto de reformas educacionais no Brasil iniciadas na década de 1970 e intensificadas nos anos de 1990 foram influenciadas por demandas defendidas pela política neoliberal e pela participação dos organismos multilaterais nas quais buscavam definir as políticas curriculares, focalizando a educação como responsável pela competitividade, melhoria da qualidade de vida e ascensão socioeconômica do país. Nesse momento, demandas para padronização curricular com objetivo de facilitar as transações entre os blocos econômicos da região da América Latina se fizeram presentes no país. No Brasil, grupos financeiros aglutinavam-se à demanda de reformulações curriculares, participando das decisões sobre políticas públicas direcionadas a educação e, conseqüentemente, controle dos currículos (MACEDO, 2014).

A qualidade da educação foi a demanda social com forte presença no governo brasileiro a partir de 2003. Os movimentos sociais das diferenças, nesse caso específico, o Movimento Negro, se posicionaram contra a criação de uma base nacional curricular, se aglutinava e articulava, contingencialmente, em forças políticas na disputa por representações na legislação educacional. Um exemplo resultante dessa articulação foi a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão que passou a atuar na política curricular para garantir direitos dos grupos “minoritários” (negros, indígenas, quilombolas, etc.) e, dessa disputa, resultaram a criação da Lei nº. 10.639/2003 e da Lei nº. 11.645/2008 que tratam da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo escolar, alterando o artigo 26 A da LDB. Neste contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais (2000) foram instituídas, pelo Conselho Nacional de Educação, em atendimento ao previsto na atual LDB. E, as articulações políticas atinentes a ideia de criação de bases nacionais comuns, deu início à definição de uma BNCC (CUNHA; LOPES, 2017).

Conforme estudos de Silva (2015), as reformulações no currículo do Ensino Médio (2003) foram feitas focalizando o trabalho, ciência e cultura. Essas reformulações entraram em vigor, alguns anos depois, com a Resolução CNE/CEB nº 02, de 2012, compo as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) com o discurso de conduzir uma formação integral. Outro projeto tramitava na disputa, liderado pela Comissão Especial para reformulação do Ensino Médio (CEENSI) o Projeto de Lei nº 6.840, de 2013. Esse projeto, defendia que a organização dos currículos da última etapa da educação básica, deveria ser organizado por meio da inclusão de temas transversais e opções formativas.

As disputas pela organização curricular do Ensino Médio brasileiro foram acirradas com a proposta de reformulação e reestruturação do currículo via Medida Provisória (MP) nº 746/2016, transformada em lei – Lei nº 13.415 –, e publicada no Diário Oficial da União em 16 de fevereiro de 2017, que tenta direcionar o currículo, com a publicação em abril de 2018 da 3ª versão da BNCC. A demanda pela urgente reforma do currículo da educação básica, é defendida pelo MEC, como meio de elevar o crescimento econômico do país no cenário internacional, garantindo a melhoria da qualidade e ampliação da jornada escolar do Ensino Médio, objetivando melhorar os índices de desempenho escolar e promover a flexibilização dos currículos, tornando-o “enxuto” e mais atrativo para os jovens, proporcionando a permanência destes, e diminuindo os índices de evasão.

Para Macedo (2014) a tentativa de hegemonização dos discursos em torno da qualidade da educação via BNCC, aglutinam o pensamento de um pertencimento universal que visa suturar a estrutura deslocada ou mesmo fixar sentidos para o currículo, Ensino Médio e a educação, possibilitando que a crise de significação se torne inteligíveis. Segundo a autora, a crise idealizada (exterior constitutivo) do sistema educacional, “[...] tornada real por um conjunto de dados estatísticos, trata-se de um discurso capaz de tornar equivalentes praticamente todas as demandas no campo da educação” (MACEDO, 2014, p. 1536), pois, é perceptível, nas campanhas políticas a defesa pelo discurso de “educação de qualidade”.

Buscando desconstruir o pensamento de que a qualidade da educação no Brasil será garantida via BNCC, a pesquisadora em currículo, a professora Lopes, (2018), problematiza e nega o projeto político de uma base curricular comum. Para a autora, toda tentativa de centralidade curricular é fadada ao fracasso, pois, não há como parar a disputa política. Questiona o argumento do movimento a favor da base - defesa da reforma curricular sob a justificativa de promover a qualidade social – a autora argumenta que essa “melhoria” associada à educação não se restringe apenas ao pedagógico; mas, devem resultar de outros investimentos.

Nesse contexto de disputas pela reformulação curricular do Ensino Médio, a Sociologia, na 3ª versão da BNCC, deixou de existir como disciplina obrigatória, encontra-se diluída no itinerário formativo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e, as diversidades étnico-raciais, que era contempladas no currículo de Sociologia na 1ª versão do documento da base, inclusive em termos de conteúdo específicos para cada série, na versão do documento, passou a parte transversal do currículo. As relações étnico-raciais encontra-se restrita à parte transversal, competindo às escolas o trato dessas questões, o que nos leva a inferir que a obrigatoriedade conquistada nas Leis 10.639/2002 e 11.645/2008 perde seu poder legal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das leituras e investigações desenvolvidas nesse estudo, podemos inferir que as disputas que envolvem a Sociologia escolar desde sua legitimação, enquanto disciplina obrigatória no currículo do Ensino Médio, até sua legitimação/significação no currículo proposto pela BNCC, aponta como esta têm relevo e base epistemológica para pensar as relações étnico-raciais. É potente para desconstruir concepções de cidadania, qualidade de educação, sociedade, raça, diferença, entre outros. Em nosso entendimento, constitui disciplina tão importante assim, como os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática legitimados pela BNCC como obrigatórios e indispensáveis para a formação do estudante.

O currículo proposto pela BNCC do Ensino Médio, não valoriza as diversidades étnico-raciais e não cumpre com o projeto de nação democrática inscrita na Constituição Federal (CF/88) reiterada pela LDB 9394/96, “na medida em que nesta está subentendida a hegemonia de uma única concepção de educação, de conhecimento e aprendizagem que atenta contra a legislação vigente e, mais do que isso, contra os direitos das nossas juventudes”(ABdC, 2018, p. 1). Ao significar as questões étnico-raciais dessa maneira, significa, uma desconsideração e negligência com as questões sociais, culturais, políticas e econômicas aglutinadas nesse conceito que carrega consigo, um contexto de disputas por direitos e representação nos diversos setores da sociedade e, particularmente na política educacional e curricular, mesmo que não haja a representação plena pois, conforme Macedo (2015, p. 904) a luta política é continua “a irrealizabilidade é o que alimenta e tona visceral e contínua”. A Sociologia escolar e as diversidades étnico-raciais serão sempre disputas, pois, não há como conter o jogo político, o antagonismo sempre se fará presente.

REFERÊNCIAS

ABdC, Associação Brasileira de Currículo. **Exposição de Motivos: BNCC-EM**. Disponível em:<
http://docs.wixstatic.com/ugd/f7609a_81227ec69730403d832e66f15181a55f.pdf> Acesso em: 04 de setembro de 2018.

COSTA, Hugo Heleno Camilo. O conhecimento como resposta curricular à alteridade. **Tese doutorado**, UERJ, 2018. Disponível em:<
http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2011_1-755-DO.pdf> Acesso em: 23 de agosto de 2018.

CUNHA, Érika Virgílio Rodrigues da; LOPES, Alice Casimiro. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 184-202, jan./abr. 2017. Disponível em:<
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/9225/5492>> Acesso em 07 março de 2018.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

HASENBALG, Carlos Alberto; SILVA, Nelson do Valle. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n. 73, maio 1990. Disponível em: <
<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1092>> Acesso 15 de dezembro de 2017.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo, Intermeios, 2015.

LOPES, Alice Casimiro. Apostando na produção contextual do currículo. In: AGUIAR, Márcia Angela da S; DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024**: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018. Disponível em:<
<http://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>> Acesso em 10 de maio de 2018.

_____. Por um currículo sem fundamentos. **Linhas Críticas**. v. 21, n. 45. 2015 a. Disponível em<
<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/>>. Acesso em: 04 de junho de 2017.

MACEDO, Elizabete. Base nacional curricular comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, 12 (03), 2014, p.1530-1555. Disponível em:<
www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-00891.pdf> Acesso em: 15 de maio de 2018.

_____. Base Nacional Comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 891-908, out.-dez., 2015.

Disponível em:<
<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>> Acesso em: 16 de junho de 2018.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira de. Ensino de Sociologia: desafios epistemológicos para o Ensino Médio. **Revista Espaço Acadêmico**, Nº 119, Abril de 2011. Disponível em:<
<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/11758/6865>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SILVA, Mônica Ribeiro da. Currículo, ensino médio e BNCC: um cenário de disputas. **Revista Retratos da Escola**/Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce) – v. 9, n.17, jul./dez. 2015, Brasília: CNTE, 2007. Disponível em: <
<http://www.esforce.org.br/>> Acesso: 15 de maio de 2018.